

DO «PESSOAL AO POLÍTICO»: TENSÕES, PARADOXOS E IMPLICAÇÕES DA MEDIATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM PORTUGAL

RITA JOANA BASÍLIO DE SIMÕES

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1. Introdução: A emergência da violência contra as mulheres como um problema social em Portugal

A violência contra as mulheres, particularmente no contexto familiar, surgiu como um problema social através do ativismo feminista internacional que, em todo o caso, se fez sentir no plano nacional e local de formas distintas⁴. Considerando que, no Ocidente, a década de 1960 marcou a emergência dos movimentos pela igualdade das mulheres, que cedo incluíram agendas comprometidas com as questões da violência, em Portugal, as vozes inconformadas que, nesse período, procuravam fazer ouvir-se integravam as lutas estudantis e batiam-se não especificamente por mudanças na condição feminina, mas pela viragem sociopolítica rumo a uma sociedade democratizada. Como afirma Manuela Tavares (2010: 536-537), as “energias” da sociedade civil concentravam-se na “luta contra a ditadura salazarista, cerceadora das mais elementares liberdades”.

No início da década seguinte, a acusação de obscenidade e ofensa à moral pública dirigida a Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta pela publicação, em 1972, de *Novas Cartas Portuguesas*, por aí serem reveladas situações de discriminação baseadas no sexo, é um exemplo considerado elucidativo de como, sob o peso da moralidade conservadora do Estado Novo, era difícil, sobretudo para as mulheres, falar de questões de mulheres no espaço público. Simultaneamente, se é em setenta que a condição feminina sofre mudanças consideráveis, arrastadas pela instauração do regime político democrático, se é nesta década ainda que uma nova geração de mulheres escritoras, jornalistas e ativistas coloca na agenda política as áreas de intervenção feminista da chamada segunda vaga, contando-se entre elas precisamente a violência contra as mulheres, tal não se traduziu num “forte movimento de características feministas, onde as reivindicações de cariz novo pudessem ter eco na sociedade portuguesa” (Tavares, 2010: 539-540). Na realidade, só da década de 1990 em diante, marcada pela transnacionalização dos feminismos, se assiste a um debate mais aberto sobre os feminismos em Portugal (*ibidem*: 542-547).

Com efeito, é em 1995 que tem lugar a Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos das Mulheres, que contou com a participação portuguesa. Dessa Conferência surgiu, designa-

⁴ Este trabalho faz parte integrante do projeto “Género e produção noticiosa: uma análise da produção e das organizações noticiosas em termos de género”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-COM/4881/2012) e desenvolvido no Centro de Investigação Media e Jornalismo, sob a coordenação da investigadora Maria João Silveirinha.

damente, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, documento onde a violência figura como uma das 12 áreas consideradas de intervenção prioritária para transformar a condição das mulheres. É também em noventa que uma rede de respostas sociais e logísticas específicas orientadas para o combate ao problema e para a proteção das vítimas começa a formar-se (Loureço *et al.*, 1997). Assiste-se à criação quer do primeiro Plano Nacional contra a Violência Doméstica (com novas edições em 2003, 2007, 2011 e 2014), quer das primeiras casas de abrigo para mulheres (iniciando uma rede de apoio que tem sofrido desenvolvimentos). O primeiro estudo oficial do fenómeno, o Inquérito à Vitimação Feminina, data igualmente desta década.

Outros aspetos contextuais derivam do modo como questões feministas fundamentais foram cooptadas pelo Estado português, nomeadamente através da mobilização do direito penal e processual penal para responder à crescente visibilidade pública da violência contra as mulheres como um problema social. Após a tipificação do crime de maus tratos, uma longa série de alterações legais teve lugar, que conduziu, em 2007, ao tratamento penal autónomo do crime de «violência doméstica» e, em 2009, à institucionalização de um regime especial de prevenção do crime de «violência doméstica» e de um estatuto especial a conceder às suas vítimas.

Sendo, por conseguinte, evidente que, nos últimos anos, a violência contra as mulheres encontrou tradução em mecanismos de decisão formal política, que representam em muitos casos a adjudicação de exigências feministas fundamentais, também é muito claro que o conjunto de direitos e de liberdades fundamentais e as garantias que numerosos instrumentos nacionais e supranacionais conferem a esses mesmos direitos contende com a persistência da sua violação. Daí que a violência contra as mulheres continue a ser descrita pelo carácter sistemático e transversal da sua incidência, bem como pela amplitude dos custos sociais e económicos decorrentes da vitimização (Lisboa *et al.*, 2006; Lisboa *et al.*, 2009).

Ainda que a consciência da gravidade e da transversalidade da violência contra as mulheres seja evidente em algumas agendas é importante acentuar o quadro matizado em que esse reconhecimento tem lugar no espaço público comunicacional, dependente — em grande medida, pensamos — da ação de mediação desenrolada pelos *media*. É neste contexto que as práticas discursivas dos *media* de informação assumem uma importância capital. É também a partir delas que a construção simbólica da violência contra as mulheres se desenrola, encontrando-se aí, em potência, um terreno para os discursos hegemónicos serem desafiados.

Compreender o papel desempenhado pela imprensa portuguesa no processo de reconhecimento público da violência contra as mulheres, especialmente da violência ocorrida no seio das relações de intimidade, é precisamente o objetivo deste artigo. Ocupam-nos as questões de saber (1) em que medida (re)configura a imprensa os referenciais discursivos subjacentes ao problema da violência contra as mulheres em contextos de intimidade, (2) como, nesse processo, são cristalizados ou superados certos entendimentos da ordem social e da posição de poder que homens e mulheres ocupam nela, (3) como são legitimados ou desafiadas específicas hierarquias e desequilíbrios de poder societários e (4) como são reproduzidas ou combatidas a desigualdade e injustiça sociais que este fenómeno reflete. Para este efeito, recorreremos à análise diacrónica do conteúdo e do discurso do mais antigo diário nacional generalista em circulação em Portugal continental, o *Diário de Notícias*, abarcando as últimas três décadas.

2. Violência contra as mulheres e estudos feministas dos *media*: encontros tensos

A perspetiva feminista tem sido, historicamente, muito crítica em relação às intencionalidades subjacentes à ação das forças que estão no epicentro da construção simbólica de diversos

fenômenos, em particular os *media*. Particularmente porque viu nelas uma importante fonte da estratificação sexual das sociedades. Embora reconheçam como emancipador o incremento da visibilidade da violência contra as mulheres, os estudos feministas dos *media* advertem para a contingência dessa visibilidade, não raro marcada pela naturalização da vitimização feminina, pela reprodução de consensos sobre normas e mitos societários excludentes das mulheres e que, portanto, oferece um terreno limitado de luta pela justiça. As críticas feministas dirigem-se, designadamente, à apresentação da vitimização feminina como entretenimento (Cameron e Fraser, 1987; Cuklanz, 1996; Soothill e Walby, 1991); à normalização da violência atípica e à invisibilidade da violência endêmica sofrida de forma rotineira pelas mulheres (Carter, 1998; Simões, 2007); à exacerbação do risco de vitimização em contextos onde esse risco é aparentemente menor, isto é, fora das fronteiras do lar (Weaver, 1998; Wikes, 1998; Weaver, Carter e Stanko, 2000) e das relações de intimidade (Bumiller, 1997; Elder, 1998; Boyle, 2005); à estigmatização das vítimas (Benedict, 1992; Fernández Díaz 2003; Meyers, 1994, 1997); assim como à despolitização da «violência doméstica» (Silveirinha, 2006).

A incidência na vitimização feminina como um fenômeno isolado é outro aspeto problemático discutido neste contexto. Raramente o ângulo de abordagem ilumina um quadro institucional de responsabilidade, que permita problematizar o papel do Estado, das polícias e das agências médico-legais frente ao carácter sistémico da violência contra as mulheres (Websdale e Alvarez, 1998; Berns, 1999; Meyers, 1997; Simões, 2007). Com frequência, formas de violência que configuram, no direito internacional, um problema da ordem dos direitos humanos são retratadas como questões privadas e pessoais das mulheres. Por conseguinte, no momento em que as agressões contra as mulheres perpetradas por um parceiro íntimo contornam a barreira que as separa da publicidade, estas não tendem a ser objeto de um profundo e aturado debate. Diferentemente, a violência endêmica integra o volume de *soundbites* que perpassam pelo espaço público por via do discurso mediático (McLaughlin, 1998: 78). A exceção à regra acontece quando os agressores pertencem a grupos étnicos ou raciais marginais (Boyle, 2005; Howe, 1998), circunstâncias nas quais a violência, e em especial a «violência doméstica», é relacionada com atitudes culturais endêmicas.

Existe, portanto, um corpo heterogêneo de pesquisa que ilumina as múltiplas formas pelas quais o imaginário da violência de género é construído pelos *media*, bem como as suas implicações. Haverá, em todo o caso que salientar que esse imaginário é igualmente o resultado de práticas linguísticas que reproduzem formas coletivas de pensar das quais não é possível dissociar as práticas discursivas dos *media*. O discurso mediático, embora apresente especificidades próprias, configura um produto de sistemas cognitivos, representações e conhecimentos dominantes, traduzidos em ideologias, saberes especializados, crenças e mitos relativamente estáveis em determinados contextos socioculturais. Daí a produtividade de manter sob um apertado escrutínio o papel dos *media* na *discursivização* pública dos fenômenos sociais, recorrendo a metodologias apropriadas e, não obstante reconhecermos alguma homogeneidade essencial a todas as suas linguagens, diferenciando precisamente essas mesmas linguagens.

No estudo que ora se apresenta centrámo-nos na análise de um discurso mediático particular: o discurso da imprensa que, estando historicamente implicado na rede interdependente de instituições sociais, muito revela sobre o contexto sociocultural e jurídico-político que lhe serve de pano de fundo. É justamente o enquadramento analítico desse discurso que nos ocupará em seguida.

3. Análise de caso: enquadramento analítico do discurso da imprensa sobre violência contra as mulheres

Privilegiámos, como foi referido, a construção discursiva da violência contra as mulheres em contextos de intimidade desenrolada pela imprensa. Seguimos John Richardson (2007: 1-2), que reconhece três conjuntos de características distintivas no discurso dos jornais: características textuais específicas, métodos particulares de produção e de consumo e formas de relacionamento próprias com outras agências de poder simbólico e material. Por conseguinte, compreender como a imprensa produz, reproduz ou contesta relações sociais desiguais pressupõe a consideração de três planos de análise: das realidades materiais da sociedade em geral, das práticas inerentes ao exercício do jornalismo e da especificidade e das funções da linguagem jornalística.

Com o intuito de conjugar os três planos supracitados, optámos por combinar diferentes e complementares abordagens metodológicas ao *corpus* de análise selecionado, constituído por 432 peças sobre violência contra as mulheres em contextos de intimidade e violência ocorrida entre parceiros íntimos,⁵ publicadas nos anos de 1978, 1988, 1998 e 2008 no *Diário de Notícias*. Concretamente, recorremos à análise de conteúdo, que nos permite examinar frequências, tanto das isotopias (análise temática) como das formas (análise dos procedimentos, das convenções, dos tópicos formais), sendo, por isso, possível, a partir dela, obter descrições do que sucedeu ou foi dito (variáveis de conteúdo) e de como se mostrou o que ocorreu ou como se disse (variáveis formais) (Iguartua e Perosanz, 2006: 181). O protocolo de análise de conteúdo seguido visou a descrição dos componentes formais e a sistematização de regularidades no conteúdo semântico das unidades de análise consideradas: cada uma das 432 peças publicadas.⁶

Como não é suficiente dar conta das grandes tendências ou regularidades que se evidenciam no conteúdo dos jornais para compreender o discurso da imprensa como o lugar do cruzamento de múltiplas formações discursivas, o recurso à análise de textual foi o passo seguinte da investigação. Isto significa não apenas a análise das operações linguísticas específicas e da sua relação com as circunstâncias contextuais em que a imprensa as enquadra ao atribuir-lhes, designadamente, uma apresentação espacial concreta, mas também os elementos lexicais mobilizados, pois possuem uma relevância sociológica a partir da qual pode compreender-se a produção discursiva mediática e o contexto social mais vasto em que essa produção tem lugar. De modo a compreender como a violência contra as mulheres é produzida no discurso da imprensa é também fulcral entender como esse discurso representa os

⁵ A constituição do *corpus* conduziu à recolha de todos os itens relativos a violência contra mulheres e jovens mulheres com idade igual ou superior a 16 anos entendida em sentido amplo, isto é, como qualquer ofensa intencional dirigida a este universo. Simultaneamente, foram selecionadas todas as peças respeitantes a violência ocorrida no espaço privado e em contextos de intimidade, independentemente do sexo das vítimas e dos agressores. Foram incluídos no *corpus* todos os formatos jornalísticos publicados no *Diário de Notícias*, nos anos selecionados — 1978, 1988, 1998 e 2008. Editoriais, opinião de colonistas, opinião de leitores, notícias, breves, entrevistas e outros formatos marcadamente interpretativos, a exemplo das reportagens, publicados durante aqueles períodos temporais foram, portanto, igualmente considerados. Os cadernos principais de cada uma das edições publicadas nos períodos referidos foram examinados página a página.

⁶ Foi utilizado um leque diversificado de variáveis, que inclui o meio, o ano e a data de publicação, o formato jornalístico da peça e a sua proveniência, a fonte de informação principal e secundária, o tema ou tópico, o tipo de ofensa e, tratando-se do relato de crimes, o conteúdo da imagem, a fase do processo penal a que o incidente criminal diz respeito, o sexo, a idade, a raça/etnia, a nacionalidade e a ocupação de vítimas e de agressores, bem como a relação entre umas e outros.

atores sociais, os eventos e o problema e que tipos de descrições, diagnósticos, explicações e atribuição de responsabilidades predominam. Para tal, recorreremos à análise de discurso e, mais especificamente, a Análise Crítica do Discurso (ACD), que nos oferece “interpretações dos sentidos dos textos, em vez de simplesmente permitir quantificar elementos textuais e fazer derivar o sentido deles” (Richardson, 2007: 15). A partir dela, estuda-se “o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político” (van Dijk, 2005: 19). Pode, por conseguinte, afirmar-se que a ACD situa o texto ou as práticas discursivas no seu contexto social, tornando visíveis os elementos cognitivos e culturais que lhes estão subjacentes.

Sobre esta segunda metodologia de análise, apropriada a uma visão crítica do discurso e das relações de género, é importante referir que a aplicámos a títulos e a *leads* de notícias representativos do *corpus*. Concentrámo-nos nestes dois tipos de enunciados, pois são eles que expressam a informação mais importante do modelo cognitivo dos jornalistas. Na verdade, concordamos com van Dijk (1998: 248) quando afirma que, “a menos que possuam diferentes conhecimentos e crenças, os leitores tenderão a adotar estas definições subjetivas dos *media* do que é informação importante acerca de um acontecimento”.

Por fim, situámos a análise no quadro dos processos de produção de notícias. Parte desses processos corresponde à operação dos valores-notícia, que podemos traduzir por códigos complexos, que agregam motivações profissionais endógenas e exógenas, através das quais a imprensa *semantiza* a realidade. As rotinas de trabalho, por outro lado, são igualmente cruciais, na medida em que garantem o acesso regular à matéria-prima jornalística (os acontecimentos) e, em última instância, a manutenção de um fluxo contínuo de notícias. São claras neste âmbito específico as posições chave desempenhadas por certos atores sociais como provedores de informação, através das quais alcançam ou reforçam o *status quo*. Uma das maneiras de as empresas jornalísticas maximizarem os recursos é justamente através do estabelecimento de relações estreitas com instituições e indivíduos com autoridade reconhecida, que possam garantir o acesso a um *continuum* de acontecimentos noticiáveis. Esta rotina específica também explica a especialização dos e das jornalistas em áreas particulares, com o intuito de manter a proximidade a esses provedores regulares de informação.

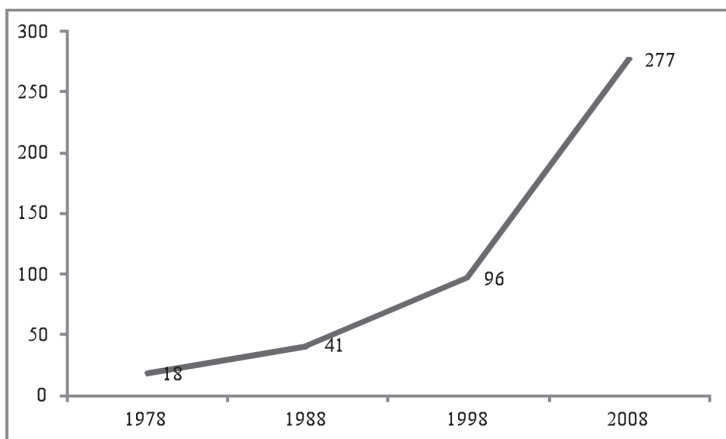
No que diz respeito a notícias de crime ou de acontecimentos desviantes — área em que podemos também enquadrar as notícias sobre violência contra as mulheres —, o uso rotineiro dos agentes do sistema de justiça criminal como fontes de informação é claramente uma estratégia eficaz (Ericson *et al.*, 1989; Fishman, 1980). Estas fontes fornecem formas e canais para a obtenção de informações com a vantagem de o público as perceber como confiáveis e investidas de autoridade.

Com vista a alcançar os objetivos da pesquisa tal como descrita, foram as seguintes as principais questões norteadoras deste estudo, que justificaram o investimento analítico acima descrito: 1) Que padrões discursivos podem identificar-se na evolução diacrónica-histórica da violência? 2) Como foram moldadas, ao longo do tempo, as fronteiras discursivas da violência, através da popularização de novas categorias de ofensas ou da transformação dos discursos sobre as existentes? 3) Através de que estratégias e de que atores sociais tornou a imprensa visível a violência contra as mulheres, os sujeitos nela envolvidos e as respostas sociais que lhe são dirigidas?

4. Da invisibilidade à mediatização da violência contra as mulheres (1978-2008)

A análise do perfil quantitativo dos itens publicados no *Diário de Notícias* (a que doravante nos referiremos como DN) permite-nos identificar a visibilidade crescente que as formas de violência em estudo mereceram, tendência que o contexto sociocultural e jurídico-político, acima enunciado, ajuda a explicar. Com efeito, como mostra o Gráfico 1, se, no final de setenta, concretamente em 1978 (n = 18), em média, cerca de um item era publicado de três em três semanas, na década seguinte, essa frequência média aumentou para perto de um item semanal, em 1988 (n = 41). Na década seguinte, em 1998 (n = 96), as formas de violência em apreço estão presentes de forma regular no DN, claramente em linha com os processos sociais acima mencionados. Em 2008 (n = 277), o último ano analisado, esse valor triplica, não podendo, de igual modo, ignorar-se o contexto social em que este resultado deve enquadrar-se.

Gráfico 1
Notícias sobre violência contra as mulheres publicadas no DN 1978-2008 (N=)



Seguramente, este perfil quantitativo diz-nos muito pouco acerca do imaginário construído ao longo do tempo pelo jornal e dos fatores que permitem compreender a construção desse imaginário e não de outro. Cabe perguntar o que justifica o surgimento no espaço público da violência entre parceiros íntimos e das ofensas dirigidas a mulheres ocorridas noutros contextos e que tópicos ou eventos são privilegiados e como são compaginados. São também estas questões que deverão ser respondidas para se compreender como o DN foi construindo, por via de específicos processos de seleção temática e de gestão do espaço limitado disponível nas suas páginas, o objeto violência contra as mulheres e que relações poderão ser estabelecidas entre o discurso mediático e o contexto social mais amplo.

Tal como mostra a Tabela 1, verifica-se um ligeiro movimento de diversificação de formatos jornalísticos informativos, comparando os limites temporais da amostra utilizada. À medida que o formato «breve»⁷ foi perdendo o monopólio da compaginação da informação em contra-

⁷ De acordo com a classificação das peças utilizada, o formato jornalístico «breve» corresponde ao item que não excede os três parágrafos de texto.

ponto com a maior expressividade da «notícia regular»⁸ é também a temática que nos ocupa que adquire novas «faces» nas páginas do jornal.

Tabela 1
Formatos jornalísticos no DN 1978-2008

	1978		1988		1998		2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Breve	16	88,9	29	70,7	34	35,4%	73	26,4
Notícia regular	2	11,0	8	19,5	54	56,3%	166	59,9
Entrevista	0	0,0	0	0,0	3	3,1%	13	4,7
Reportagem	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	4	1,4
Editorial	0	0,0	0	0,0	1	1,0%	5	1,8
Opinião colunistas	0	0,0	3	7,3	2	2,1%	9	3,2
Opinião leitores	0	0,0	1	2,4	1	1,0%	1	0,4
Outro	0	0,0	0	2,0	1	1,0%	6	2,2

Ainda que ambas as formas de “espartilhar a realidade”, como se refere Mar de Fontcuberta (1999) aos géneros jornalísticos «breve» e «notícia», obedeçam a uma estrutura simples, centrada maioritariamente num único elemento ou ideia, organizada segundo o esquema da «pirâmide invertida»,⁹ a verdade é que a maior extensão da notícia oferece, em princípio, um modelo narrativo compatível com a cobertura temática dos acontecimentos. Em contraste com a cobertura episódica, reconduzível ao relato de eventos desligados entre si e divorciados do contexto social abrangente, a cobertura temática requer a utilização de mais informações e, logo, de mais mancha de jornal, na medida em que incide sobre questões, e não ocorrências, e articula uma perspectiva menos casuística do que estrutural (Iyengar, 1989). Um e outro tipo de cobertura interligam-se com a atribuição de responsabilidades acerca das causas e soluções para os problemas. Se a cobertura episódica favorece a atribuição de responsabilidade ao carácter dos indivíduos e não a condições sociais ou estruturais, a cobertura temática desloca a atenção para causas ou resultados coletivos e tendências históricas. Mais adiante retomaremos esta questão. Por ora, impõe-se ainda dar conta de mais alguns aspetos relacionados com a expressão quantitativa do *corpus* em análise.

No que diz respeito ao peso dos formatos jornalísticos de opinião, este é residual, mesmo considerando o último ano analisado, o que indicia que a construção da violência se desenvolve

⁸ Ainda de acordo com a classificação das peças utilizada, a «notícia regular» refere-se aos artigos informativos centrados no relato direto de factos que excedam três parágrafos de texto.

⁹ A ordenação dos factos em relação à ideia básica segundo a estrutura da pirâmide invertida cumpre pelo menos duas funções: tornar imediatamente visíveis os aspetos considerados de maior importância e, em caso de ser necessário, designadamente por razões de espaço, suprimir parte da notícia, impedir que os elementos a que se atribuiu relevância sejam cortados por terem sido relegados para o final do texto (Fontcuberta, 1999: 62).

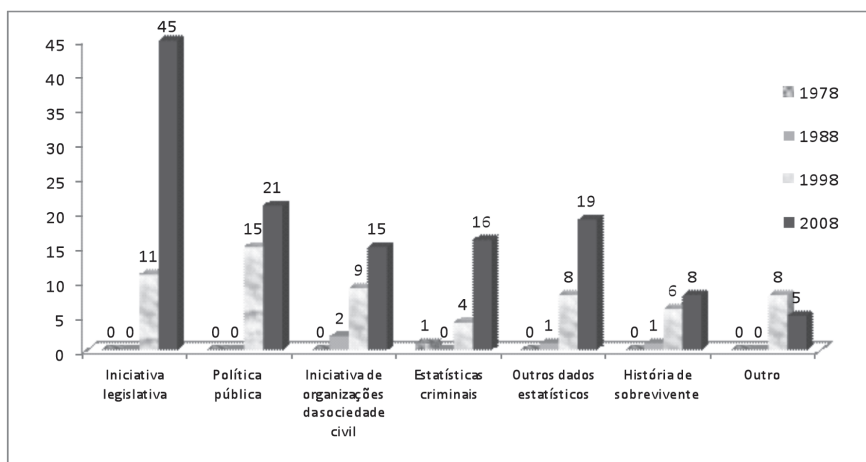
sem despertar o debate de ideias, a troca de juízos de valor, sem mobilizar atores externos ou internos à publicação para o comentário sobre a sua incidência, causas ou consequências. O que os dados da análise de conteúdo a que nos vimos referindo mostram é que a produção discursiva pode caracterizar-se como sendo eminentemente interna e orientada para os factos e não para a análise. Num total de 432 itens, apenas três (um em 1988, outro em 1998 e outro ainda em 2008) têm origem fora das lógicas de produção do jornal: trata-se de cartas de leitores.

No que concerne à evolução da valorização da violência pela sua inclusão nas primeiras páginas do jornal, sob a forma de «chamada» ou de «manchete», esta é uma opção editorial tomada apenas nos anos de 1998 (23%) e 2008 (23,1%). Enquanto indicador do processo de mediatização da violência — e do desenvolvimento das rotinas profissionais —, este é um outro dado que parece acentuar o peso das mudanças socioculturais e jurídico-políticas ocorridas na década de 1990 em Portugal.

4.1. Evolução quantitativa de padrões semânticos

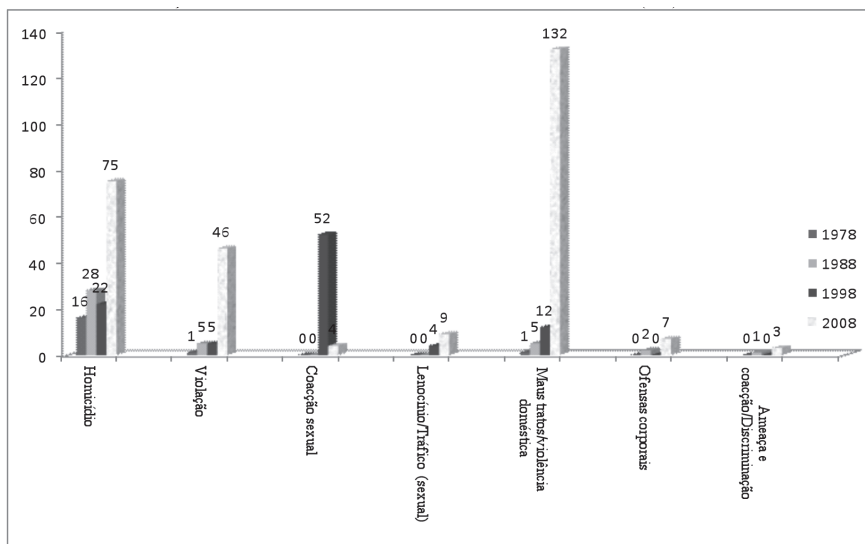
Tal como mostra o Gráfico 2, o discurso da imprensa em análise pode desdobrar-se em diferentes discursos reconduzíveis à seguinte categorização temática: «incidente criminal», «iniciativa legislativa», «política pública», «iniciativas da sociedade civil», «estatísticas criminais», «outros dados estatísticos» e «história de sobrevivente». Todavia, deve apenas falar-se em diversidade discursiva em relação aos anos de 1998 e de 2008, já que o período pretérito é essencialmente caracterizado por um mutismo significativo no que diz respeito à constituição da violência fora do enquadramento criminal. Comparando a distribuição temática presente no Gráfico 2 com os formatos jornalísticos utilizados, torna-se ainda bastante claro que a breve é a fórmula pela qual o relato desses «incidentes criminais» é feito, sobretudo entre 1978 e 1998. Neste sentido, é sobre a discursividade jurídico-legal que, nesses anos, assenta a construção da violência contra as mulheres.

Gráfico 2
Distribuição temática da violência no DN 1978-2008 (N=)



O Gráfico 3, por seu turno, ilustra a representatividade de diferentes tipos de ofensas visíveis nas peças informativas do DN entre 1978 e 2008, deixando bem patente o peso residual da «violência doméstica» nos anos de 1978 e 1988, a sua aparição tímida no ano de 1998 e a sua emergência na década seguinte como a agressão mais visível do conjunto total de ofensas noticiadas. Deve também salientar-se, em relação ao ano de 1998, o aumento da representatividade de alguns tipos de ofensas sexuais que eram invisíveis nas páginas do DN, em particular, a «coação sexual», bem como, em relação a 2008, a proeminência da «violação», que configura nas páginas do jornal, o terceiro tipo de agressão com maior visibilidade, depois da «violência doméstica» e do «homicídio». ¹⁰ Por fim, haverá também que pôr em relevo a *noticiabilidade* dos crimes de sangue, aqui, representados pelo «homicídio», que configurou de 1978 a 1988 a face mais visível da violência contra as mulheres e, embora cedendo a outras categorias de crimes essa posição nas décadas subsequentes, manteve um peso significativo no imaginário criado pelo jornal. Merece, por conseguinte, ser destacada a sobrevalorização de formas atípicas de violência contra as mulheres, tendência que a pesquisa internacional e nacional tem documentado (Simões, 2007). A esta luz, excluídas as ocorrências que se destacam — homicídios e crimes sexuais —, o conjunto de práticas violentas menos invulgares, onde se incluem as formas de violência endémica que não resultam na morte ou em ferimentos graves, é obscurecido.

Gráfico 3
Distribuição das ofensas contra as mulheres no DN 1978-2008 (N=)



Esta distribuição temática é indissociável do tipo de fontes de informação utilizadas, que decidem que informações são reveladas e de que forma, que aspetos deverão ser salientados ou obscurecidos e, sobretudo, quando a história deve ser divulgada (Ericson *et al*, 1989: 6).

¹⁰ Nesta categoria foram enquadrados quer os homicídios consumados, quer os homicídios na forma tentada.

Neste sentido, as fontes noticiosas determinam as fronteiras do discurso público mediado, influenciando naturalmente o enquadramento temático das construções produzidas.

Como acima salientámos, o discurso da imprensa assenta num fenómeno de intertextualidade, na medida em que é pela intersecção de textos (e de discursos) que é formado. Todavia, o recurso regular da imprensa, e dos *media* noticiosos em geral, a instituições com poder legitimado pode interpretar-se como um sinal inequívoco de que representam outros poderes, cuja discursividade condiciona o imaginário global em que a violência é construída. Os «poderes», no caso presente, correspondem aos agentes do sistema de justiça criminal, em particular as polícias e forças de segurança, na medida em que configuram as fontes principais ou secundárias de informação em todos os anos analisados.¹¹ Daí também que, de entre as diversas fases do processo penal, a mais representada nas notícias seja a que categorizámos como a «fase policial».¹² Nela estão diretamente envolvidas as diversas polícias (PSP, GNR, PJ), que coadjuvam o Ministério Público. Deste modo, são estes atores sociais que detêm um maior controlo quer sobre a construção da violência contra as mulheres, quer sobre a imagem que sobre eles é projetada no espaço público. Do conjunto de «incidente criminais», 72,2%, em 1978, e 53,7%, em 1988, reportam-se a esta fase.

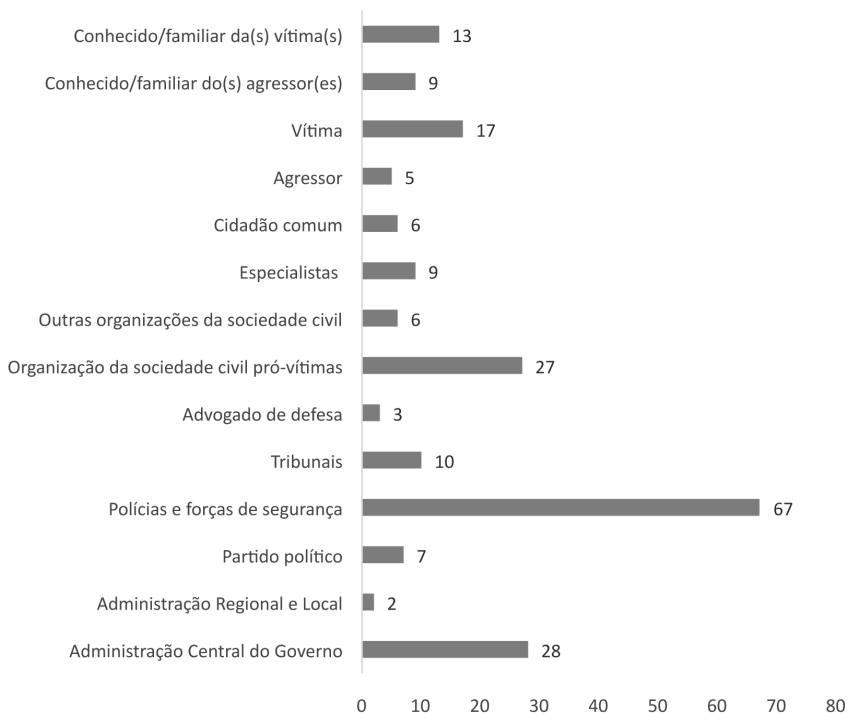
Em 1998, ano em que a posição de principal fonte de informação foi ocupada por «especialistas» (28%), categoria na qual foram enquadradas as fontes mencionadas como detentoras de um saber especializado (médico, sociológico, psicológico, jurídico, entre outros), o leque de sujeitos que dão origem e que falam, direta ou indiretamente, nas notícias é bastante mais diversificado, aspeto que, seguindo esta linha raciocínio, permite explicar a maior diversidade temática registada neste ano.

A participação de uma panóplia ainda mais diversificada de fontes de informação tem lugar em 2008. Não obstante as diversas polícias continuarem a merecer o lugar de maior destaque nas notícias do jornal, como mostra o Gráfico 4, o elenco de vozes é expandido. Com efeito, aumenta, por um lado, o peso de outras elites institucionais, concretamente os atores sociais ligados a organismos da administração central do governo, e, por outro, o peso das organizações da sociedade civil com uma agenda orientada para a luta contra a violência e a defesa dos direitos das mulheres.

¹¹ Deve, no entanto, notar-se que é expressiva a prevalência de notícias sem referências explícitas a fontes, embora a tendência, em consonância com a evolução das rotinas produtivas, seja a de esse padrão se tornar menos intenso de década para década (77,8%, em 1978; 41,5% em 1988; 20,8%, em 1998 e 17,5%, em 2008).

¹² Para efeitos do presente estudo, a «fase policial» identifica a fase do processo penal do incidente relatado e referencia os itens centrados na descoberta do crime, investigação, detenção de suspeitos ou acusação de arguidos.

Gráfico 4
Principais fontes de informação da violência no DN em 2008 (N =)



4.2. Construção de um imaginário criminológico *genderizado*

Na medida em que, de entre os temas ou tópicos identificados, se destacam os «incidentes criminais» — categoria que se refere a itens que relatam a ocorrência de histórias isoladas de crime —, a produção discursiva que nos ocupa constrói o objeto violência contra as mulheres como parte de um imaginário criminológico. Este imaginário discursivo é, simultaneamente, um imaginário criminológico *genderizado*. Neste sentido, se o universo simbólico de ofensores e de vítimas de violência interpessoal é maioritariamente masculino, quando olhamos para o espaço privado e para as relações de intimidade, a vitimização recai desproporcionalmente sobre o universo feminino, o que, seguramente, pressupõe a consideração do significado destes dados relativamente às identidades de género.

Outra das dimensões desse imaginário resulta da identificação das vítimas femininas através da referência aos graus de parentesco que mantêm com os agressores: “mulheres de”, “namoradas de”, “noivas de”, “noras de”, recursos linguísticos aparentemente inócuos que, não obstante, favorecem cognições sociais pelas quais são furtadas às mulheres autonomia e subjetividade. Privadas de nome próprio, bem como de referências à ocupação profissional, diferentemente do que sucede com os agressores, as vítimas são, para além disso, secundarizadas como figuras textuais. Do ponto de vista da topicalização temática, percebemos facilmente que

nas principais macroproposições dos cabeçalhos noticiosos, as vítimas ocupam a posição de comentário, sendo dada a posição tópica aos agressores.

Simultaneamente, são residuais as notícias em que estas mulheres são projetadas como vítimas de uma violência específica de género: espancadas, agredidas, assassinadas por homens, geralmente no espaço privado da casa ou da família, a sua vitimização é inscrita na tradição positivista criminológica, que legitima uma compreensão dos conflitos sociais para a qual são irrelevantes as relações de poder entre os indivíduos e o contexto histórico e social mais amplo. Na verdade, o atributo central da construção discursiva nos primeiros anos de análise é a própria ausência do discurso da violência contra as mulheres. Em seu lugar, figura o discurso etiológico-explicativo, construído a partir de fórmulas descritivas gráficas do *modus operandi* e do recurso a uma argumentação centrada em causas individualizadas dos incidentes. Podemos verificá-lo através da Tabela 2, que contém uma amostra de títulos de peças publicadas em 1978 e 1988, ilustrativos do tipo de relatos isolados de ofensas cometidas entre parceiros na intimidade.

Tabela 2
Titulação da violência contra as mulheres no DN 1978-1988

	1978	1988
a)	a) Agredida à facada pelo companheiro ¹	g) Álcool ajudou Discussão conjugal acabou em crime ²
a)	b) Assassinou a mulher com tranca de porta ³	h) Crime no Bairro do Regado, no Porto Emigrante veio de França matar a mulher ⁴
b)	c) Amores não compreendidos	i) i) Condenado a 15 anos de prisão
	Sexagenário suicidou-se depois de alvejar uma jovem ⁵	Assassinou a mulher por falta de almoço ⁶
c)	d) Estrangulou a mulher de madrugada e suicidou-se saltando dum 6.º andar	j) Por causa de ciúmes
	Vizinhos recordam-na com simpatia e falam dele com reservas ⁷	Jovem suicidou-se após ferir namorada ⁸
	e) Português em França matou a mulher e suicidou-se ⁹	k) Namorado despeitado recorreu a bomba ¹⁰
f)	Amor não correspondido provoca agressão a tiro ¹¹	l) Discussão de casal termina à facada ¹²

¹ Cf. DN, 1-11-1978, p. 12.

² Cf. DN, 22-10-1988, p. 14.

³ Cf. DN, 1-11-1978, p. 12.

⁴ Cf. DN, 5-3-1988, p. 13.

⁵ Cf. DN, 8-11-1978, p. 11.

⁶ Cf. DN, 14-4-1988, p. 14.

⁷ Cf. DN, 21-11-1978, p. 12.

⁸ Cf. DN, 14-12-1988, p. 13.

⁹ Cf. DN, 23-8-1978, p. 10.

¹⁰ Cf. DN, 18-9-1988, p. 19.

¹¹ Cf. DN, 28-11-1978, p. 10.

¹² Cf. DN, 26-5-1988, p. 16.

Os títulos refletem as macroestruturas semânticas presentes no discurso das notícias, possuindo um valor noticioso autônomo, na medida em que projetam para os públicos os atributos mais salientes e o sentido global dos eventos noticiados. Seguramente, a existência de constrangimentos na prática jornalística ligados à extensão, estilo e edição das notícias é importante no caso dos títulos, cuja função deve ser prosseguida através de formulações linguísticas condensadas, daí resultando a supressão ou encobrimento quer dos atores, quer das ações que empreenderam ou sofreram. Contudo, as opções tomadas relativamente ao que é incluído e excluído no discurso, para além de refletirem procedimentos organizacionais, reproduzem específicos saberes e valorações culturalmente partilhadas. Daí a utilidade de identificar os elementos informativos que contêm e que omitem e revelar o contexto de interpretação que providenciam.

Neste caso, o contexto previsível de significação circunscreve-se ao imaginário público da criminalidade oficial e ao repertório de causas individualizadas da sua prática. Parte desse repertório assenta em comportamentos impulsivos, parte em condutas planeadas; são sobretudo evidentes as explicações estereotipadas que, justamente, pressupõem um saber cultural dominante na esteira do qual os “amores não compreendidos” ou “não correspondidos”, os “ciúmes” ou ainda o “despeito” são argumentos com autoridade para explicar os incidentes. É, designadamente, no quadro de um registo patriarcal que, em 1988, é inteligível — não obstante condenável — uma mulher ser morta por não providenciar ao seu marido o “almoço”.

O exemplo oferecido pelo do título i) configura ainda um caso paradigmático das operações linguísticas de inclusão e de exclusão de atores sociais nos enunciados. A omissão do sujeito na frase é uma estratégia regular que sustenta o imaginário criminológico a que nos vimos referindo, quer esse ator seja o agente do crime, quer corresponda a um coletivo de autoridade legal. Como sugere van Leeuwen (1996), uma forma menos radical de supressão consiste em omitir o ator social de quem se fala, mas em incluir as suas atividades, daí resultando uma forma de mitigação da sua presença. A exclusão e a mitigação de sujeitos na frase têm sido descritas como ideologicamente reveladoras. Também as posições dos atores como agentes ou pacientes da ação e o uso de orações passivas e ativas revelam muito acerca da valoração do autor do texto relativamente a esses atores. A mitigação de atores tem sido associada, por exemplo, às ações que apresentam uma carga negativa, tal como sucede no exemplo mencionado. Enquanto no antetítulo, o agressor sofre a ação de um ator social implícito na frase, o “tribunal”, que lhe aplicou uma pena de prisão, no título, o agressor, sendo o agente principal da ação, está omissa na frase. Claro está que os processos produtivos modelam o texto jornalístico de acordo com exigências de ordem diversa. Mas, também neste caso, o recurso regular a determinadas estratégias reflete valorações diferenciadas a respeito dos indivíduos e da ordem social.

Um cotejo pelos títulos da Tabela 2 permite perceber que as estratégias discursivas de omissão dos agentes predominam: em posição tópica, surgem preferencialmente os verbos cuja carga semântica remete para o domínio da violência explícita e das emoções. Embora tenhamos em consideração os constrangimentos técnico-textuais a que a titulação na imprensa está sujeita, julgamos que o apagamento destes sujeitos indicia uma vontade deliberada de chamar a atenção para o ato em si, independentemente do contexto, das causas ou das explicações. Aliás, a este respeito, dois destes títulos são sintomáticos de que a omissão coloca precisamente a tônica no crime e não no contexto: f) *Amor não correspondido provoca agressão a tiro*; g) *Álcool ajudou/Discussão conjugal acabou em crime*. Note-se como, no título de 1978 se recorre a uma metonímia para subtrair a menção do agente, que revela o pressuposto por parte do produtor da notícia da validade da justificação obtida junto das fontes oficiais. No caso do segundo título, de 1988, outra metonímia expressa a omissão do agente: “discussão conjugal”.

Em 1978 e 1988, a violência contra as mulheres, embora não seja mediatizada como tal, circunscreve-se às classes sociais mais desfavorecidas. O próprio registo discursivo utilizado é fortemente influenciado pelo nível popular de língua. De referir ainda que não há, nestas décadas, uma relação entre estes crimes, a raça ou etnia dos sujeitos, apenas a explicitação do estatuto socioprofissional dos agressores.

Se, nas referidas décadas, a violência contra as mulheres é ainda impercetível como um problema social, em 1998, a sua tematização, nestes termos, na agenda mediática, confere-lhe simbolicamente esse estatuto, aspeto reconduzível às mudanças no contexto sociopolítico supramencionadas. Com efeito, na década de 1990, o movimento de institucionalização da violência contra as mulheres como um problema de direitos e de liberdades não pode deixar de ser visto como um pano de fundo basilar para a emergência, nas páginas do DN, de duas formas de violência até então praticamente invisíveis: «violência doméstica» e «coação sexual». Como mostra o Gráfico 2, destas, é a «coação sexual» que se destaca como a ofensa com maior representatividade, muito graças à influência do debate internacional no sentido da criminalização do «assédio». Assim, a «coação sexual» surge no nosso *corpus* lexicalizada precisamente como “assédio”. A Tabela 3 integra dois conjuntos de títulos elucidativos da titulação utilizada em 1998, um relativo a peças de «violência doméstica», outro respeitante a peças de «coação sexual», que nos interessa comparar.

Tabela 3
Titulação «violência doméstica» e «coação sexual» no DN em 1998

«Violência doméstica»	«Coação sexual»
m) As mulheres matam «para não morrer» ¹³	r) Assédio: do piropo à violação ¹⁴
n) Bispos Portugueses solidários com as mulheres ¹⁵	s) Quando o assédio é uma tradição ¹⁶
o) Homens agredem mulheres para se afirmarem ¹⁷	t) Ambiente hostil no local de trabalho ¹⁸
p) Violência contra as mulheres aumentou ¹⁹	u) Cultura portuguesa facilita o assédio ²⁰
q) Dramas que emergem do lar, doce lar ²¹	v) Assédio sexual sem lei em Portugal ²²

No caso da titulação da «violência doméstica», os atores sociais presentes nos títulos provêm de dois grupos — homens e mulheres — remetendo esse crime para a esfera das relações conjugais heterossexuais. Além disso, ao contrário do que sucedia em décadas anteriores, em que os agentes eram indivíduos mais ou menos definidos, aqui os títulos optam por generalizações, conferindo abrangência social a esta problemática. Retomando van Leeuwen, trata-se de um processo de coletivização que possui igualmente uma função ideológica, na medida em que agrega ideias ou aspirações num coletivo com maior peso e valor social (van Leeuwen,

¹³ Cf. DN, 21-02-1998, p.21.

¹⁴ Cf. DN, 24-10-1998, p.4.

¹⁵ Cf. DN, 20-11-1998, p.21.

¹⁶ Cf. DN, 26-10-1998, p. 23

¹⁷ Cf. DN, 24-05-1998, p.30.

¹⁸ Cf. DN, 24-10-1998, p.5.

¹⁹ Cf. DN, 22-07-1998, p.20.

²⁰ Cf. DN, 25-10-1998, p.30.

²¹ Cf. DN, 24-05-1998, p. 30.

²² Cf. DN, 27-10-1998, p. 28

1996: 49). Do ponto de vista narrativo, por outro lado, as histórias perdem a coloração de *fait divers*, para adquirem um alcance mais amplo: não se trata já de atos isolados, cujas intrigas têm protagonistas específicos, mas antes a referência a grandes ações e grandes grupos sociais, integrados em contextos socioculturais, para os quais também se remete para explicar o predomínio destas violências.

No caso da «coação sexual», estes títulos expressam bem o que acima explicámos. Secundado o debate internacional, a imprensa rotula de “assédio” modalidades de coação sexual ocorridas no mundo do trabalho, reconhecendo-lhe uma natureza sistémica, bem patente no título u) *Cultura portuguesa facilita o assédio*. Para além disso, uma leitura circunstanciada das notícias sobre este tema revela que outras vezes começam a emergir num espaço público, até ao momento dominado por elites fundamentalmente masculinas. O discurso de sociólogas, psicólogas, juristas atravessa, neste ano, o discurso da imprensa, muitas vezes por citação mímica, procurando, sobretudo, colocar em relevo que a mudança no acesso das mulheres a determinadas profissões, que até então lhes eram vedadas, veio colocar em agenda novos problemas no domínio da violência, que os Estados deverão cooptar.

A natureza sistémica do assédio aparece, em todo o caso, realçada como estratégia argumentativa mais direcionada para legitimar a respetiva criminalização do que para evidenciar a dimensão de género do problema. Com efeito, em causa não está um problema de violência e de masculinidade, mas um vazio legal que deve ser preenchido: v) *Assédio sexual sem lei em Portugal*. Assim, a mediatização do assédio tendeu a, em lugar de combater, perpetuar o sistema de valores no quadro do qual a violência masculina é naturalizada, na medida em que o discurso prevaletente negligenciou a sua relevância. Ao obscurecer a circunstância de os agressores serem maioritariamente do sexo masculino, o imaginário criminológico criado deixa perceber, por conseguinte, a contradição ideológica entre o restabelecimento tanto do poder da lei, como da força hegemónica do patriarcado.

4.4. Da construção do imaginário criminológico à reação social

A leitura circunstanciada dos títulos das notícias presentes no DN em 2008 revela uma evolução no imaginário simbólico da violência contra as mulheres, por via do aumento da frequência do seu agendamento e da participação de uma panóplia diversificada de atores sociais. Todavia, subsiste, ao nível discursivo, um grau de contingência bem declarado.

Referimo-nos já à circunstância de encontrarmos uma maior expressão da violência contra as mulheres nas primeiras páginas do DN de 2008 (64 num total de 277). O facto de a reforma penal de 2007 ter autonomizado o crime de «violência doméstica» não é despiciendo neste contexto, na medida em que faz supor que o discurso da lei e o discurso dos *media* se cruzam ambos com a consciencialização ético-social da proeminência e gravidade desta prática e, igualmente importante, de uma compreensão comuns. O que, em todo o caso, urge questionar é o potencial emancipador dessa compreensão naturalizada das suas causas e das soluções para a erradicar.

Um primeiro aspeto que merece ser salientado é a visibilidade conferida pelo jornal às histórias dramáticas e individualizadas de violência e à quantificação do fenómeno, cuja importância, em termos jornalísticos, justifica a sua inclusão nas primeiras páginas. A tabela 4 contém um conjunto de títulos ilustrativo dessas tendências, claramente orientadas por um enquadramento discursivo criminal, construído por via da exasperação da vitimização feminina individual, mas também coletiva. A retórica do número e da percentagem, cara ao discurso jornalístico como

estratégia de credibilização, é, pois, um recurso semântico prevalecente, resultante desde logo das estatísticas apresentadas como oficiais.

Tabela 4
Títulos nas primeiras páginas do DN em 2008

Enquadramento criminal	Enquadramento jurídico-político
w) Mulher baleada com bebé ²³	b.1.) Estado paga custos das vítimas de violência ²⁴
x) Violência doméstica matou 31 mulheres só este ano ²⁵	c.1.) Partidos favoráveis à preventiva para crimes de violência doméstica ²⁶
y) Marcadas para a vida ²⁷	d.1.) Agressores de mulheres podem ser logo presos ²⁸
z) Marido esfaqueia mulher na cabeça ²⁹	e.1.) Juizes e governo divididos nas leis ³⁰
a.1.) Violência doméstica fez 22 mil vítimas em 2007 ³¹	f.1.) Marinho Pinto contra violência doméstica como crime público ³²

Igualmente evidente é o enquadramento jurídico-político, no qual podem inscrever-se as peças que referenciam as ações de atores institucionais («Estado», «partidos», «juizes», «governo»), que veiculam no espaço público mediatizado visões sintonizadas com a postura institucional acerca do «melhor» consenso político em matéria de violência contra as mulheres. Estas, porém, relegadas à condição de assistidas pelo Estado, permanecem como figuras textuais sobre as quais incidem as ações dos outros (já não dos agressores, mas das figuras com autoridade legitimada).

A partir de uma análise feminista crítica dos *media* ou, mais concretamente, de uma “uma política de género preocupada com a desmistificação das inter-relações entre poder, género e ideologia no discurso” (Lazar, 2005: 5), é manifesta a incapacidade de o título de imprensa analisado oferecer um espaço abrangente de luta pela realização da justiça. Com efeito, esta luta trava-se no território discursivo das instituições com poder legitimado, cujo discurso de autoridade oferece os termos de referência em que a violência contra as mulheres é representada no espaço público, sendo omissa a voz das afetadas.

Conclusão

Entre as diferentes formas de opressão que a análise da sociedade patriarcal tem destacado, a violência contra as mulheres praticada por companheiros íntimos encontrou bases empíricas pelas quais a sua prevalência pode ser estimada, bem como um enquadramento teórico que estabelece um firme vínculo entre o estatuto socioeconómico das mulheres e a sua vulnerabi-

²³ Cf. DN, 27-08-2008, p. 1.

²⁴ Cf. DN, 10-02-2008, p. 1.

²⁵ Cf. DN, 22-08-2008, p. 1.

²⁶ Cf. DN, 01-09, 2008, p. 1.

²⁷ Cf. DN, 22-11-2008, p. 1.

²⁸ Cf. DN, 01-10-2008, p. 1.

²⁹ Cf. DN, 17-10-2008, p. 1.

³⁰ Cf. DN, 02-09-2008, p. 1.

³¹ Cf. DN, 13-03-2008, p. 1.

³² Cf. DN, 14-05-2008, p.1.

lidade em relação à violência masculina. Os atos individuais de violência são, pelo pensamento feminista, enquadrados na perspectiva da violência de gênero, desde logo com o fito de realçar que se trata de um fenômeno com dimensões sistêmicas, suportado por desigualdades expressivas em todas as esferas da vida societária. Uma segunda orientação implícita na construção social da violência contra as mulheres como um problema de gênero é a de afastar as visões individualizadas da *ofensividade* masculina que, na esteira do sistema patriarcal, enfatizam os fatores causais patológicos e, por essa via, desresponsabilizam os agressores e desqualificam as vítimas. Bate-se fundamentalmente pela conceptualização da violência como uma violação sistemática que exige respostas sistêmicas.

Numerosos instrumentos nacionais e supranacionais têm procurado responder a estes anseios. A sua ação não pode, em todo o caso, desligar-se do contexto mais amplo onde o reconhecimento ético-social da severidade de certos fenômenos tem lugar. Neste sentido, também o DN desempenhou um papel determinante como sinalizador e definidor do problema da violência contra as mulheres e como estrutura de mediação do conhecimento que sobre ele foi e continua a ser construído.

Através da discussão da produção discursiva das últimas três décadas daquele título de informação diária, procurámos precisamente realçar que se trata de práticas instrumentais para a emergência de um imaginário criminológico *genderizado* em torno da violência contra as mulheres. Foi igualmente nosso intuito colocar em relevo o papel do DN na visibilidade adquirida por um problema historicamente ignorado e, ao mesmo tempo, na dinamização de um espaço mais abrangente de trocas simbólicas, onde contendem não apenas visões normativas hegemônicas da sociedade ideal, como também contraculturas, contra-hegemonias e modelos identitários dissidentes. Efetivamente, na atualidade, a violência contra as mulheres está presente de forma rotineira nas páginas do diário, sendo aí enquadrada nas práticas discursivas subjacentes ao sistema de justiça criminal. Daí que, em geral, seja construída como um problema criminológico, cujas causas decorrem essencialmente das particularidades distintivas dos indivíduos, de natureza psicológica ou social, e cujas soluções são remetidas para o Direito, assim mantendo uma relação estreita com o discurso oficial que a consubstancia.

Com efeito, o discurso proeminente ou emerge no quadro das tensões espoletadas por mudanças legais ocorridas ou é circunscrito a um momento único, o dos incidentes criminais, com implicações na omissão do debate e problematização, a jusante desse discurso, de modelos culturais e de modelos de justiça social na sociedade. Sendo omissa a respeito de questões ligadas à masculinidade, à feminilidade, à sexualidade, ao desequilíbrio de poder social entre sexos e limitando-se a atualizar novas incidências de casos de violência isolados, a imprensa estudada não nega o clima ideológico prevalecente adverso às transgressões cometidas. Pelo contrário, normaliza a violência de gênero, obscurece a sua natureza estrutural, articula a sua incidência com diferenças como a de grupo social, de privilégio e de estatuto e reafirma simbolicamente uma ordem social excludente das mulheres, na medida em que condiciona o seu acesso ao espaço público à condição de vítima. Ainda no plano das implicações, podemos falar de um também previsível desencorajamento da discussão sobre formas alternativas de intervenção no problema da violência contra as mulheres face à visibilidade dos procedimentos institucionalizados no âmbito do sistema de controlo formal do crime.

Os ganhos feministas obtidos a partir da construção mediada do problema da violência contra as mulheres são, em todo o caso, importantes. Os meios de comunicação apresentam-se como veículos pelos quais o mote «o pessoal é político» pode, em potência, ser alcançado e arenas para a discussão vibrante e esclarecida sobre assuntos de interesse comum. É, por

outro lado, nos *media* que o sistema de desigualdades e de privilégios, alojado nas práticas discursivas, sociais e culturais, mais está disponível para inspeção e transformação, precisamente pelo confronto de discursos divergentes. Não podemos, por isso, deixar de atribuir à imprensa estudada o papel de plataforma a partir da qual condutas que se traduziram na afirmação de um poder sobre a vida, a liberdade, a segurança ou a honra da vítima se tornaram objeto de intensa *discursivização*. Contudo, o potencial emancipador dessa *discursivização* é contingente.

Manifestos são seguramente os resultados da ação dos movimentos feministas no âmbito mais vasto do alargamento das esferas de emancipação social das mulheres e da construção de uma sociedade mais justa. Todavia, existe uma importante frente de luta para eliminar a violência de género que só escassamente o trabalho feminista tem explorado: precisamente no plano da produção discursiva mediática. Dado o carácter transnacional do problema, parece-nos que o trabalho feminista deve investir na compreensão das rotinas jornalísticas, igualmente transnacionais, para assim garantir a disseminação de conhecimentos alternativos ao imaginário criminológico que tem dominado, como vimos, o discurso mediático, perpetuando consensos sobre normas e mitos societários excludentes das mulheres.

Referências Bibliográficas

- Benedict, H. (1992). *Virgin or Vamp: How the Press Covers Sex Crimes*. New York: Oxford.
- Berns, N. (1999). "My problem and how I solved it': domestic violence in women's magazines", *Sociological Quarterly*, 40 (1): 85-108.
- Boyle, K. (2005). *Media and Violence*. London, Thousands Oaks, New Delhi: Sage.
- Bumiller, K. (1997). "Spectacles of the strange: envisioning violence in the Central Park" in M. Fineman e M. McCluskey (eds.) *Feminism, Media & the Law*, Oxford, New York: Oxford University Press, pp. 217-224.
- Cameron, D. e Fraser, E. (1987). *The Lust to Kill: A Feminist Investigation of Sexual Murder*. New York: New York University Press.
- Carter, C. (1998). "When the 'Extraordinary' Becomes 'Ordinary'", in C. Carter, G. Branstom e S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*, London, New York: Routledge, pp. 219-32.
- Cuklanz, L. M. (1996). *Rape on Trial: How the Mass Media Construct Legal Reform and Social Change*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Elder, C. (1998). "Racialising reports of men's violence against women in the print media" in A. Howe (ed.) *Sexed Crime in the News*, Sydney: Federation Press, pp. 12-28.
- Ericson, R., Baranek, P. e Chan, J. (1989). *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press.
- Fernández Diaz, N. (2003). *La Violencia Sexual y su Representación en la Prensa*, Barcelona: Anthropos.
- Fishman, M. (1980). *Manufacturing the News*, Austin: University of Texas Press.
- Fontcuberta, M. (1999). *A Notícia: Pistas para Compreender o Mundo*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Howe, A. (1998). "Notes from a 'war' zone: reporting domestic/family/home/epidemic (men's) violence" in A. Howe (ed.) *Sexed Crime in the News*, Sydney: Federation Press, pp. 29- 55.
- Iguartua Perosanz, J. José (2006). *Métodos Cuantitativos de Investigación en Comunicación*, Barcelona. Bosch.
- Iyengar, S. (1989). "How citizens think about national issues: a matter of responsibility", *American Journal of Political Science*, 33(4):878-900.

Lazar, M. (2005) "Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis" in M. Lazar (ed.). *Feminist Critical Discourse Analysis*. London: Palgrave Macmillan, pp. 1-28.

Lisboa, M., Barroso, Z. Patrício, J., Leandro, A. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre Violência Cometida contra Mulheres e Homens*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e a Cidadania.

Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L., Nóvoa, A., Barros, P., Silva, S, Roque, A., Franco, L., Amândio, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar: Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, Lisboa, Edições Colibri/SociNova.

Lourenço, N., Lisboa, M. and Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

McLaughlin, L. (1998). "Gender, privacy and publicity in 'media event space'" in C. Carter, G. Branston e S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*, London, New York: Routledge, pp. 71-90.

Meyers, M. (1997). *News Coverage of Violence Against Women: Engendering Blame*. Thousand Oaks: Sage.

Meyers, M. (1994). "News of battering", *Journal of Communications*, 44 (2): 47-63.

Richardson, J. E. (2007). *Analysing Newspapers. An Approach from Critical Discourse Analysis*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan.

Silveirinha, M. J. (2006). "Obliterando o «político»: o «pessoal» no espaço público mediático", *ex aequo*, 14: 67-92.

Simões, R. B. (2007). *A Violência contra as Mulheres nos Media. Lutas de Género no Discurso das Notícias (1975-2002)*. Coimbra: Coimbra Editora.

Soothill, K. e Walby, S. (1991). *Sex Crime in the News*. New York: Routledge.

Tavares, M. (2010). *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*, Lisboa: Texto Editora.

Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto: Campo das Letras.

Van Dijk, T. A. (1998). *La Noticia como Discurso: Comprensión, Estructura y Producción de la Información*, Paidós: Barcelona.

Van Leeuwen, T. (1996). "The representation of social actors" in C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (eds) *Text and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*, London: Routledge, pp. 32-70.

Weaver, C. (1998). "Crimewatch UK: keeping women off the streets" in C. Carter, G. Branston e S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*, London and New York: Routledge, pp. 248- 62.

Weaver, Carter, C. e Stanko, E. 2000 (2000). "The female body at risk: media, sexual violence and the gendering of public environments," in S. Allan, B. Adam e C. Carter (eds.) *Environmental Risks and the Media*, London and New York: Routledge, pp. 171-83.

Websdale, N. e Alvarez, A. (1998). "Forensic journalism as patriarchal ideology: the media construction of domestic homicide-suicide events" in D. Hale e F. Bailey (eds.) *Popular Culture, Crime and Justice*, Belmont: Wadsworth, pp. 123-141.

Wykes, M. (1998). "A family affair: the British press, sex and the Wests," in C. Carter, G. Branston e S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*, London, New York: Routledge. pp. 233-47.